

A IMPORTÂNCIA DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 NA VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS AFRICANAS E INDÍGENAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Rebeca Paschoal Nunes¹; Angela Aguiar Ferreira²; Roger da Conceição Viriato Albuquerque³; Vivian Campos⁴.

DOI: 10.47094/ICOLUBRAPECI.2026/RS-25

RESUMO

Introdução: As Leis 10.639/03 e 11.645/08 alteram a Lei 9.394/96 e estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas. Essas leis representam um passo significativo para a valorização da cultura africana e indígena nos processos educacionais, abrindo espaço para o debate sobre diversidade étnica, combate ao preconceito e enfrentamento das violências sofridas por esses grupos, contribuindo para a reparação histórica e para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. **Objetivo:** Destacar a importância das Leis 10.639/03 e 11.645/08 para a valorização das culturas africanas e indígenas nas escolas, evidenciando sua contribuição para a redução das desigualdades sociais e raciais, para o reconhecimento da diversidade cultural e para a construção de um ensino mais democrático. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, realizado por meio de análise de produções acadêmicas, legislações e estudos relacionados à educação, diversidade cultural e políticas públicas educacionais, buscando compreender a importância das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no contexto escolar e suas contribuições para a valorização das culturas africanas e indígenas. **Resultados:** As leis trouxeram mudanças significativas para o currículo escolar, ampliando os conteúdos e promovendo a valorização da diversidade racial, cultural, econômica e social presente na sociedade brasileira. A partir de sua obrigatoriedade, as instituições de ensino passam a assumir o papel de espaço de desconstrução de estereótipos, de promoção do respeito à diversidade e de visibilidade às populações africanas e indígenas, que historicamente foram excluídas ou reduzidas ao folclore no contexto escolar. Dessa forma, contribui-se para a formação de sujeitos mais conscientes, para o fortalecimento da identidade cultural e para a construção de espaços educacionais mais acolhedores. **Conclusão:** A importância das Leis 10.639/03 e 11.645/08 ultrapassa o cumprimento de normas educacionais, pois promove mudanças institucionais e sociais ao valorizar a pluralidade cultural e reconhecer a contribuição dos povos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira. Ao inserir esses conteúdos no currículo escolar, a escola fortalece a formação da cidadania, combate ao racismo e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Diversidade cultural. Currículo escolar.